



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 04 de junho de 2020 –

Local: Videoconferência (meet.google.com/cne-mrdz-xhj)

Data: 04.06.2020

Horário: 8h30m

1 Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho
2 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no Google Meet. **Justificativas de**
3 **ausência:** Liange Hiroe D. Fernandes, em função da agenda da Secretaria Municipal de Políticas para
4 as Mulheres. **Proposta de pauta: 1. Recomposição das Comissões; 2. Relato das Comissões e**
5 **representações do CMDCA; 3. Apresentação de proposta de financiamento para ações de**
6 **enfrentamento à COVID-19; 4. Fórum de Aprendizagem/Comissão de Divulgação; 5. Acesso ao SEI -**
7 **conselheiros (as); 6. Apresentação do Edital de Chamamento Público/Resolução nº 004/2020-**
8 **CMDCA – Seleção de propostas das Organizações da Sociedade Civil que atendam no Serviço de**
9 **Convivência e Fortalecimento de Vínculos, interessadas em celebrar termo de fomento, no âmbito**
10 **do município de Londrina – R\$ 500.000,00; 7. Informes.** Maysa Regina Procópio Utiamada, Secretaria
11 Executiva, começa a reunião com a apresentação da proposta de pauta para aprovação de todos os
12 conselheiros de direitos presentes. A presidente Magali Batista de Almeida inicia a reunião
13 agradecendo a presença de todos. **1. Recomposição das Comissões.** Magali pergunta sobre a
14 conselheira de direitos, Carolina Camilo da Silva Gois, do Hospital do Câncer, que substituiu Celestina
15 D’Epiro Souza Campos, a qual se aposentou; informa que Celestina estava em três comissões; Carolina
16 pediu para ficar em apenas uma comissão, em função de outros compromissos. A presidente Magali
17 pergunta para Carolina qual comissão poderia ficar. A conselheira de direitos explica que o Hospital do
18 Câncer está com poucas assistentes sociais e que continuam trabalhando presencialmente; informa
19 que encontrará dificuldades em participar das Comissões de Cadastro e de Fundo, pois exigem
20 reuniões constantes; o trabalho aumentou em função da pandemia. O vice-presidente Eloi Alexandre
21 Pereira Neto fala que como Carolina já está participando da Comissão de Fundo, seria viável
22 permanecer. Eloi diz que os suplentes também precisam assumir a composição das comissões; é
23 necessária paridade nas comissões, sendo governo e sociedade civil; diz que a Comissão de Cadastro
24 tem somente Juliana Rodrigues da Cruz Santos, da sociedade civil, e Claudia Denise Garcia, do governo;
25 precisa recompor a referida Comissão, mesmo que o representante fique temporariamente; pergunta
26 se a Comissão de Legislação está completa. O vice-presidente informa que a instituição pode participar,
27 mesmo depois de encerrar o mandato do conselheiro de direitos; ressalta que é necessário realizar a
28 eleição complementar e que não tem candidato suficiente. O conselheiro de direitos, José Wilson de
29 Souza, fala que o Edital já está pronto, acrescenta que, neste momento, não é possível apresentar o
30 edital da eleição porque a reunião não está acontecendo de forma presencial; diz para “tocar” para
31 frente e precisa ver como que vai fazer a eleição; o grupo está muito atarefado e encontra dificuldade
32 de se reunir porque fazem parte os conselheiros de direitos Liange e Átila Castello Vaqueiro; pontua
33 que as Comissões de Cadastro e de Legislação precisam de mais membros. O conselheiro de direitos,
34 Paulo César de Oliveira, diz ser necessário um estudo aprofundado com os nomes e que as pessoas
35 não estão preparadas para assumirem, de imediato, as comissões; sugere que se faça um estudo antes
36 de indicar nomes. O vice-presidente Eloi diz que já existe uma composição de cada comissão; informa
37 que além da eleição complementar, que necessita de alteração, a Comissão de Legislação precisa
38 também verificar a legislação do Conselho Tutelar; seria importante realizar uma pesquisa com as
39 instituições que querem participar da eleição antes de fazer alteração da Lei. O conselheiro de direitos,
40 José Wilson, fala que a Lei é de 2005 e que precisa fazer grandes alterações. O conselheiro de direitos,
41 Paulo César, pontua que foi proposta uma pauta e aprovada pelos conselheiros; sugere fazer uma
42 proposta para a Diretoria sobre formas de fazer reunião, pois se perde no assunto e fica confuso. A
43 presidente Magali diz que podemos avançar com a eleição complementar e ver sobre a mudança na
44 Legislação depois; têm comissões que não estão se reunindo; a Comissão de Instrução precisa se reunir



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 04 de junho de 2020 –

45 urgentemente. José Wilson diz que comporá a Comissão de Cadastro, já que é a Comissão que precisa
46 de providências neste momento e as reuniões estão sendo virtuais. Eloi explica para Paulo César que
47 a Secretaria Executiva já tem a relação das comissões e os nomes, em planilhas, dos conselheiros de
48 direitos que estão participando. José Wilson fala que com a suspensão de contrato de trabalho, não
49 terão muitos membros para participar da eleição. Maysa informa a composição das comissões. O vice-
50 presidente Eloi diz para falar qual comissão está faltando e verificar a paridade de cada comissão.
51 Deliberação: Designa os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
52 para recomposição das Comissões: I - Comissão de Cadastro: José Wilson de Souza – Sociedade Civil; II
53 - Comissão de Legislação: Thaís Ayres da Silva – Sociedade Civil; e III - Comissão de Fundo: Carolina
54 Camilo da Silva Gois – Sociedade Civil. **2. Relato das Comissões e representações do CMDCA. Comissão**
55 **de Fundo:** a conselheira de direitos, Leonice Vicente Mattos, informa que a referida Comissão se reúne
56 todas as terças; que Eloi trouxe para discussão, na reunião, o plano de aplicação referente ao eixo de
57 R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a importância que viram em direcionar esse recurso para o
58 enfrentamento à COVID-19, que está no plano de aplicação; o parecer da Comissão é que, por estar
59 diante de calamidade pública, acham que é preciso o envolvimento do CMDCA, um órgão de defesa
60 de direitos da criança e do adolescente, sendo necessário ter um olhar voltado aos reflexos do pós-
61 pandemia; as propostas apresentadas não fogem das demandas provenientes do plano de aplicação;
62 tem como sugestão, manter a proposta anterior, que é destinar os recursos para ações de combate e
63 prevenção das consequências das situações de emergências de saúde pública, no caso, a COVID-19,
64 com prazo de 2 (dois) anos de execução. O vice-presidente acrescenta que precisa de votação para
65 saber se vai pensar em ações para enfrentamento da pandemia; todas as instituições precisam de
66 suporte, já estão organizando uma pesquisa e o CMDCA destinará recursos para essa situação. Leonice
67 complementa, destacando as deliberações referentes à COVID-19, em manter os R\$ 100.000,00 (cem
68 mil reais) separados dos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Eloi fala que são 3 (três) ações; os cem
69 mil reais são para o acolhimento e os quinhentos mil reais são para os equipamentos; não se tem
70 destinado para nenhuma demanda; diz que deve pensar como uma situação emergencial e que precisa
71 tomar uma atitude agora; pensaram no rendimento que tem, fora do plano de aplicação; há outros
72 editais lançados; precisa ter cuidado com o rendimento que, caso se “mexa”, poderá gerar outros
73 transtornos. A presidente Magali fala que desde que começou a pandemia, existem entidades com
74 problemas financeiros; tinham doações e atualmente não estão recebendo; perguntou se não pode
75 socorrer as entidades na folha de pagamento por 2 (dois) meses; possui convênio com o município,
76 mas tem diminuído os atendimentos; poderia ser estudado um repasse de 2 (dois) meses para esse
77 fim. Eloi fala de fazer um estudo, com o levantamento das instituições que estão numa situação de
78 necessidade, mas primeiro precisa saber se o CMDCA contribuirá com recurso. Leonice acrescenta que
79 essas ações também são de enfrentamento à COVID-19. José Wilson diz que o Ministério Público já
80 autorizou em fazer uma mudança no plano de trabalho das OSCs no momento de pandemia; pode
81 servir a alimentação aos adolescentes, mesmo não estando nas instituições; destaca que hoje o
82 problema está nas instituições, pois estão precárias e diz que muitas serão fechadas por não terem
83 condições; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) liberou 22 (vinte e
84 dois) milhões de reais para garantir emprego de adolescentes, no sentido de sustentar as entidades e
85 também os adolescentes; entende que tem que contribuir sim e deve apresentar um plano de
86 trabalho, pela Comissão de Fundo, e fazer a explanação, numa reunião extraordinária, de quem será
87 beneficiado. O conselheiro de direitos, Paulo César de Oliveira, entende que a pandemia trouxe
88 prejuízos importantes para a sociedade e para as instituições, questiona sobre a forma que essas OSCs
89 viviam antes da pandemia; quer saber se houve diminuição de repasse. Eloi diz que nem todas têm
90 parceria com o município; não foi suspenso o recurso, mas depende da quantidade de metas; nas
91 instituições de Aprendizagem existe o problema dos adolescentes que não estão tendo os contratos
92 renovados pelas empresas; o repasse é parcial, sendo que as instituições têm que arcar com a outra



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 04 de junho de 2020 –

93 parte; ainda coloca que o dinheiro que recebe não supre as despesas. José Wilson explica que, em
94 outras cidades, os Centros de Educação Infantil não estão recebendo repasse. Eloi diz que Londrina
95 não teve corte no repasse e estão recebendo normalmente. A presidente Magali destaca que na
96 entidade que trabalha (Aprendizagem), as empresas não estão renovando os contratos e não tem
97 conseguido metas, havendo demissões por não apresentarem condições de pagar os funcionários;
98 ainda coloca que se preocupa muito porque é um trabalho importante com os adolescentes e estão
99 na luta. Eloi fala que as metas são uma parte de toda a receita da instituição; ainda destaca que se
100 teria a autorização desses recursos para as situações emergenciais da COVID-19, os itens 2.2, 3.2 e 6.5
101 (mencionados na Ata do dia 28/05/2020); seria para aprovar esses 3 (três) itens para atender as
102 situações. Paulo César não se considera suficientemente apto para votar e acha que antes de votar
103 precisa entender melhor; muitas instituições fazem trabalhos para o Estado como um todo e acabam
104 cumprindo o que é de responsabilidade do Estado; pergunta o que o CMDCA tem a propor como forma
105 de soluções para essa situação e destaca que o Estado deve prover e precisa buscar soluções políticas;
106 sabe que está tudo ligado à pandemia e deve cobrar dos governantes; diz que aprova a ajuda, propõe
107 que se faça uma carta aberta, divulgue o apoio e mostre à sociedade e aos governantes que aprovar é
108 pouco. O vice-presidente Eloi diz que no início da pandemia teve uma nota pública com orientações e
109 é preciso reforçar a cobrança. É realizada a votação e aprovada. E diante dessa decisão, já fica definida
110 a proposta do item 6 da pauta. **Comissão de Monitoramento e Avaliação:** O conselheiro de direitos,
111 Paulo Henrique de Aguiar, informa que na reunião do dia 18/05/2020 ficou decidido que entrariam em
112 contato com as instituições de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; fizeram uma
113 divisão e entraram em contato com os Colegiados dos Conselhos Tutelares. CEPAS (Centro Esperança
114 Por Amor Social), AME (Associação Mãos Estendidas) e Clube das Mães Unidas continuam ofertando
115 atendimento remotamente e fornecendo alimentos aos educandos; as instituições não têm data para
116 retorno; na reunião de 03/06 discutiram sobre os relatórios dos Colegiados dos Conselhos Tutelares
117 com a Diretoria; fizeram algumas indicações para enviar para a Diretoria; pretendem entrar em
118 contato com as demais instituições para saber como estão sendo realizados os trabalhos. **Comissão de**
119 **Divulgação:** Paulo César fala que fizeram duas reuniões: dias 13 e 19/05, sendo debatido sobre as
120 audiências do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
121 informou que o Ato Público não foi realizado em função da pandemia, e que a conselheira de direitos,
122 Lilian Mara Consolin Poli de Castro, continuaria trabalhando nesse sentido; explica sobre o debate que
123 poderia ser feito, alusivo ao dia 12/06, “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”, e depois aos
124 “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”; surgiu a proposta de fazer ação em parceria
125 com o Conselho Regional de Psicologia (CRP) e aprovou um trabalho direcionado às duas temáticas.
126 Faria a divulgação por meio de redes sociais, como *Facebook, Instagram, YouTube e Twitter*. Foi
127 aprovada a divulgação da *live* no dia 15/06. Quanto ao dia 13/07, se aprovar, terá a *live* sobre os “30
128 anos do ECA”. O conselheiro de direitos fala que o CMDCA faz parte do Grupo de Trabalho; informa
129 que o CRP está oferecendo todo apoio ao CMDCA; a conselheira de direitos Lilian diz que é uma parceria
130 desde a construção da *live*; o modelo que tem são dois modelos básicos de construção; informa que
131 são 2 (dois) debatedores e 2 (dois) mediadores, pode se pensar em um debatedor sendo um psicólogo
132 e pode propor outro modelo. O vice-presidente Eloi fala que isso foi discutido na Comissão, que o
133 trabalho infantil vai além de um olhar e pensou no Judiciário. Paulo César pontua que poderia rever,
134 caso o CMDCA julgue relevante; levou a proposta de construir a *live* em parceria com o CRP; não é uma
135 discussão e será resolvida no Grupo de Trabalho, que iniciaram no dia 03/06; tudo será construído no
136 Grupo e levarão para discussão com a Plenária; informa que o CMDCA não terá custo financeiro para
137 a realização da *live*. A presidente Magali diz que o Fórum de Aprendizagem de Londrina pediu o apoio
138 do CMDCA e como a Alexandra Alves José, da EPESMEL, não está presente na reunião, ela não sabe ao
139 certo o que se precisa; a Comissão de Divulgação estava trabalhando com esse foco e queriam saber
140 qual seria o apoio do CMDCA; o Fórum fará uma *live* com o Procurador Marcelo Adriano da Silva



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 04 de junho de 2020 –

141 (Ministério Público do Trabalho). Eloi diz que fez contato com o CREAS (Centro de Referência
142 Especializado de Assistência Social) e pediu o levantamento de dados e quem ficará disponível para
143 ajudar; Lilian acrescenta para solicitar ao CREAS quem é a referência do PETI (Programa de Erradicação
144 do Trabalho Infantil), para o CMDCA ter um texto de divulgação. A conselheira de direitos, Mariluci
145 Queiroz dos Santos, explica que tinha uma pessoa cuidando só das questões do PETI. Precisa solicitar
146 qual informação será necessária; informa que Ana Paula, que é jornalista da Prefeitura, poderia dar
147 um apoio. Magali destaca que falará com ela. Lilian volta a pontuar sobre a importância de um texto e
148 de se identificar quem é a pessoa que pode divulgar na imprensa. Lilian agradece aos integrantes da
149 Comissão e diz que se reúnem muito em conversa de vídeo; agradeceu o CRP por ajudar na *live*; é uma
150 organização para um Conselho e não é particular; agradece a EPESMEL pelo trabalho realizado, a qual
151 também fará um cartaz de divulgação. **Comissão de Cadastro:** o vice-presidente fala das discussões,
152 retomaram alguns processos e a renovação de registro teve prorrogação de prazo; como é feita a
153 solicitação para a Comissão de Cadastro, que seja tudo via e-mail/*on-line*, porque os processos terão
154 que passar pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informação); ressalta que enviando por e-mail, facilita o
155 trabalho e a organização do fluxo; estão construindo o fluxo de atendimento para poder trazer à
156 reunião para votação; a rotatividade de conselheiros de direitos acaba prejudicando; precisa-se de um
157 manual. Eloi diz que marcou reunião com a Sara Alexius, Gerente de Serviço de Alta Complexidade -
158 Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), para entender ao Programa Guarda Subsidiada
159 (solicitação de inclusão); pontua que as reuniões são a cada 15 (quinze) dias. José Wilson diz que é
160 necessário ser digital porque não tem mais espaço físico para guardar as documentações; destaca que
161 pode compor a Comissão de Cadastro. É feita a votação para que os documentos da referida Comissão
162 sejam todos digitalizados, sendo aprovado. José Wilson começa a integrar a Comissão de Cadastro até
163 conseguir alguém para substituí-lo. **3. Apresentação de proposta de financiamento para ações de
164 enfrentamento à COVID-19.** Item aprovado na discussão do relato da Comissão de Fundo. **4. Fórum
165 de Aprendizagem/Comissão de Divulgação:** Item discutido no relato da Comissão de Divulgação. **5.
166 Acesso ao SEI - conselheiros (as).** O vice-presidente Eloi diz que as instituições que têm parceria
167 utilizam o SEI como usuário externo e o CMDCA terá acesso ao Sistema, que é algo legalizado e a
168 Controladoria-Geral do Município consegue cuidar; se torna mais efetivo e não se perdem documentos
169 e prazos, pois é mais seguro e tem contribuído bastante; diz que demorou o processo porque teve
170 toda uma organização, o CMDCA não tinha sido considerado parte da Assistência Social; informa que
171 acessará e verificará os cadastros pelo SEI; cada conselheiro de direitos terá dois acessos, a duas áreas
172 que participa, sendo a Comissão e o Colegiado, que são para todos; o conselheiro de direitos verificará
173 o acesso para poder começar a trabalhar com o Sistema; o site da Prefeitura tem vários tutoriais de
174 como utilizar; ainda informa que as dúvidas simples, os conselheiros de direitos poderão perguntar;
175 Maysa disponibilizará o login e a senha. Maysa pontua que tem um ofício da Gerência Administrativa
176 - SMAS, que apresentou um curso de capacitação; fala que depois avaliará e encaminhará o documento
177 relacionado ao curso; também enviará os acessos das comissões. Maysa lê os nomes e os acessos de
178 cada conselheiro de direitos; faz uma chamada e confirmação; fala que Thais Ayres da Silva, do CEPAS,
179 consta somente no Colegiado, mas faz parte da Comissão de Legislação nesse momento; Eloi pergunta
180 se Thais pode compor a Comissão de Legislação e fica certa a sua participação. Fará a inclusão de José
181 Wilson na Comissão de Cadastro; os acessos são somente para as comissões permanentes. Lilian diz
182 que integra a Comissão de Obesidade e pergunta se está sozinha nesta Comissão, pois a Celestina saiu
183 e não tem outra no lugar dela; Carolina não poderá assumir. Eloi diz que os conselheiros de direitos
184 têm que participar de pelo menos uma comissão permanente e a Liange decidiu ficar somente na
185 Comissão de Legislação. **6. Apresentação do Edital de Chamamento Público/Resolução nº 004/2020-
186 CMDCA – Seleção de propostas das Organizações da Sociedade Civil que atendam no Serviço de
187 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, interessadas em celebrar termo de fomento, no âmbito
188 do município de Londrina – R\$ 500.000,00.** A presidente Magali coloca que Tatiane Fonte, da Gerência



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 04 de junho de 2020 –**

189 de Gestão de Convênios - SMAS, apresentará apenas as mudanças para a aprovação, que serão
190 enviadas à Procuradoria-Geral do Município, para depois publicar; pedirá urgência. A servidora avalia
191 não ser interessante publicar os dois editais ao mesmo tempo, pois pode atrapalhar o Serviço de
192 Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Magali diz que não pode ser na mesma data com o
193 prazo igual; Tatiane fala que fez as correções de acordo com a Resolução nº 004-CMDCA. É somente
194 para o SCFV, independente de parceria; diz que a LBV (Legião da Boa Vontade) não é conveniada, mas
195 presta atendimento; alterará a pontuação e adaptará conforme a referida Resolução (quinhentos mil
196 reais somente para o SCFV); depois publicará na página da SMAS e no Jornal Oficial; encaminhará
197 pedindo urgência e deve haver um prazo de 10 (dez) dias de um edital para outro. A presidente Magali
198 coloca que depois a imprensa questiona e precisa dar um parecer; fala da morosidade do município
199 em não receber o valor destinado e que teve que chamar a Promotoria; pede para agilizar mais esse
200 repasse porque é um dinheiro que está parado e outros querem utilizá-lo. Eloi coloca que a Comissão
201 de Fundo debruçou sobre os editais de chamamento, que é um grande recurso do Fundo Municipal
202 dos Direitos da Criança e do Adolescente e querem dar vazão ao dinheiro; começará a liberar bastante
203 edital; convoca a Comissão de Divulgação, que precisa lançar o edital das campanhas, senão passará
204 mais um ano sem destinação de recursos; fazer o edital de chamamento das campanhas para poder
205 contratar as empresas; pedir para resgatar os nomes dos membros da Comissão de Divulgação. Priscila
206 P. M. Brazão, segunda secretária, diz que é uma média 150 (cento e cinquenta) dias para liberação dos
207 editais. Eloi fala que deve montar uma comissão para discutir sobre a arrecadação; foi encaminhado
208 um ofício e a Secretaria pediu nomes de pessoas para compor a comissão; deve resgatar para saber se
209 já foram encaminhados os nomes. Magali fala sobre os prazos e José Wilson diz que os prazos são
210 legais; Magali pontua que o repasse do município para as entidades é demorado. Tatiane fala que
211 precisa ter a assinatura do Prefeito para poder publicar e diz que são 15 (quinze) dias em média para
212 liberar; o edital precisa ficar publicado 30 (trinta) dias. Tatiane destaca que em 2018 a Procuradoria-
213 Geral do Município devolveu todos os processos e foi por isso que demorou. Eloi destaca que pelo
214 motivo de o edital ser grande, pode ser que demore um pouco mais que 3 (três) meses e precisa ter
215 uma comissão maior. Maysa fala sobre a inclusão dos conselheiros de direitos nas comissões. O vice-
216 presidente fala que é importante colocar o conselheiro que não está participando de nenhuma
217 comissão. **7. Informes.** Maysa informa que foi encaminhado, por e-mail, com o link, um curso da
218 FORTIS (Força Tarefa Infância Segura), na modalidade a distância, com o tema “Formação
219 Interdisciplinar de Profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”. O
220 vice-presidente coloca que é importante os conselheiros de direitos participarem de formações; o
221 CMDCA tem Fundo para investimento. Maysa faz agradecimento a EPESMEL, CEPAS e Guarda Mirim,
222 pelo apoio; informa que a próxima reunião será no dia 25/06. A presidente Magali encerra a reunião
223 agradecendo a presença de todos. Sem mais nada a constar, eu, Glaucia Lequize Matos lavrei a
224 presente ata para apreciação pela plenária.